

SOBRE O QUE PODE SIGNIFICAR “LER” EM *LER O CAPITAL*

Marcos Alexandre Gomes Nalli¹

Resumo: O presente artigo busca apresentar um conjunto de impressões sistematizáveis sobre o significado do “ler” presente na obra *Lire le Capital* [Ler O Capital], organizado por Louis Althusser e Étienne Balibar (1996 [1965]). Para tanto, busco inicialmente caracterizar as diferenças de *Lire Le Capital* diante de comentários e manuais de leituras para, em seguida, ensejar uma aproximação ao que significa ler nessa obra à luz do conjunto da obra althusseriana, principalmente em contraposição à sua fase “politicista”. Isto posto procedo uma leitura e interpretação de *Lire Le Capital* de modo a vislumbrar o que há de específico e próprio à noção de ler e de leitura para Althusser naquele livro.

Palavras-chave: Althusser; Ler; Marx; *O Capital*

ON WHAT “READING” CAN MEAN IN READING CAPITAL

Abstract: This article seeks to present a set of systematizable impressions about the meaning of "reading" in *Lire le Capital* [*Reading The Capital*], organized by Louis Althusser and Étienne Balibar (1996 [1965]). In order to do so, I initially try to characterize the differences between *Lire Le Capital* and commentaries and reading manuals, and then provide an approach to what it means to read in this work in the light of the whole of Althusser's oeuvre, especially in contrast to his "politicist" phase. That said, I proceed to read and interpret *Lire Le Capital* in order to glimpse what is specific and proper to the notion of reading and reading for Althusser in that book.

Keywords: Althusser; Reading; Marx; *Capital*

90

Introdução

Uma advertência prévia: a quem me lê, não espere encontrar aqui um estudo, uma análise detida e precisa sobre a obra *Lire Le Capital* (1996 [1965]). Não sou especialista no pensamento de Louis Althusser ou de qualquer outro dos colaboradores daquele livro, isto é, Étienne Ballibar, Roger Establet, Pierre Macherey e Jacques Rancière. Sou *apenas e demasiadamente apenas*, um leitor. Incauto, ingênuo. Mas um leitor que quer compreender o que lê e que busca como objetivo essa compreensão à luz da leitura e, em particular, da leitura desse livro. E isto, pois, ele já tem esse título enigmático, de algum modo surpreendente: *Ler O Capital*. E como leitor, deparemo-me com um livro que se pretende ler outro livro: é um livro sobre outro livro, qual seja, *O Capital*. Obra máxima do pensador Karl Marx, cujo primeiro volume foi publicado em 1867 e os dois outros volumes, respectivamente, entre 1885 e 1894, sob a direção de seu grande

¹ Doutor em filosofia pela Unicamp. Professor do departamento de filosofia da Universidade Estadual de Londrina. Orcid: [Marcos Nalli \(0000-0001-6476-1472\)](https://orcid.org/0000-0001-6476-1472) - ORCID Email: marcosnalli@yahoo.com

amigo e parceiro intelectual, Friedrich Engels, uma vez que Marx faleceu em 1883. Então, a questão perdura: o que significa ler um livro? E não um livro qualquer, mas ler esse livro chamado *O Capital*? E o que há de ser experimentar ler um livro que se pretende, já desde seu título, ler aquele outro livro? É sobre esse complexo de questão que quero me debruçar.

O que *Lire Le Capital* parece não ser

Como Althusser mesmo observou, o livro *Lire Le Capital* foi o resultado de um conjunto de exposições e intervenções realizadas ao curso de um seminário dedicado à leitura e estudo da obra *O Capital* de Marx, durante o ano de 1965, na *École Normale Supérieure* – ENS, em Paris, França (ALTHUSSER et al.², 2014, p. 3; 1979, p.11; 1974, p. 18). Mas o livro será apenas – o que certamente não é pouco – uma espécie de manual de leitura introdutória, escolar, daquele livro de Marx? (cf. HARVEY, 2013; 2014), assim como de outros textos da lavra de pensamento de Marx que para ser conhecido “é ler seus escritos atentando especialmente à maneira em que o autor formula suas ideias e ordena seus argumentos, em que coloca os problemas e constrói as soluções para estes” (DUMÉNIL et al., 2015, p. 11). Ou se pode vislumbrar uma singularização à leitura então realizada, coletivamente, de modo a incitar-nos, também a nós leitores que somos, a ler, um e outro livro; a ler um e outro pensador/pensamento, a ler um pelo outro?

Se tomarmos por exemplo de contraposição os dois volumes do livro de David Harvey (2013; 2014), temos que admitir com Harvey qual era sua proposta de leitura e quais os seus objetivos gerais. Sendo o fruto de cursos ministrados durante anos aos alunos de filosofia do Morgan State College, e em outro momento aos estudantes da graduação do curso de inglês ou em outras ocasiões a jovens economistas da Universidade John Hopkins (HARVEY, 2013, p. 13). Além do que também concorrem à elaboração do livro as versões em áudio e vídeo (HARVEY, 2013, p. 7). Trata-se de um livro que pretende, de modo introdutório, convidar seu leitor, “a ler um livro de Karl Marx chamado *O Capital*” (HARVEY, 2013, p. 11), e mais precisamente Harvey declara seus propósitos ainda no prefácio: “Minha esperança é que este ‘guia’ – e realmente penso nele como um guia de viagem, mais do que como uma introdução ou interpretação – seja

² Ainda que minha insistência seja em considerar o pensamento e as contribuições de Althusser em *Lire Le Capital*, é preciso sempre se fazer justiça à equipe de *normaliens* que trabalharam com ele no projeto eminentemente coletivo daquele livro, mesmo que a cada um e a Althusser também coube uma tarefa específica de enfrentamento e de proposição à leitura daquela obra de Marx. Por isto, ao menos nas referências, tomarei sempre o cuidado de preservar o caráter coletivo de *Lire le Capital* utilizando a expressão abreviada consagrada “et al.”

útil numa primeira exploração da economia política de Marx para todos que desejam trilhar esse caminho” (HARVEY, 2013, p. 8). Um guia de leitura, um guia de viagem... Eis o que Harvey pretende com seu livro sobre a leitura de *O Capital* de Marx. Ele cumpre a função esperada de ser um comentário introdutório a outro livro, mais didático e facilitador do curso e do percurso de pensamento de seu autor. Harvey não que se passar, obviamente, por Marx ou por ser seu êmulo. Ainda assim, o seu livro-guia estabelece uma relação com aquele livro de Marx de um duplo sob a égide de uma lógica da representação.

Em certa medida, não parece ser diferente o propósito de Althusser e de sua equipe de colaboradores envolvidos no projeto de ler *O Capital*. Diz ele explicitamente no prefácio: “[...] impõe-se um dia ler, no sentido literal, *O Capital*. Ler o próprio texto, inteiramente, os quatro Livros, linha após linha” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 4; 1979, p. 12; 1974, p. 18). No entanto, arrisco a dizer/escrever àquelas e àqueles que me leem ou lerão, que isso é só aparência.

Althusser e sua equipe de *normaliens* não pretendiam fornecer um guia de leitura ou viagem como anos depois Harvey propusera, na obra marxiana de modo a torná-la inteligível, legível; algo como um estudo de comentário, e assim, uma espécie de duplo, que replica e reproduz o texto original. A proposta é diversa, ainda que possa soar mera sutileza teórica, ou menos ainda, algo como uma estratégia corporativista: trata-se para Althusser de fazer uma leitura culpável (*coupable*) e que não deseja perdão ou clemência; ao contrário, assume para si e exige ser reconhecida como uma leitura culpável desprovida, de qualquer inocência. Assim é uma leitura filosófica de *O Capital*: “uma leitura de exceção que a si mesma se justifica como leitura, suscitando a toda leitura culpada a própria questão que lhe desmascara a inocência, a simples questão de sua inocência: *que é ler?*” (ALTHUSSER et al, 2014, p. 6; 1979, p.14; 1974, p. 20). Nesse sentido, em alguma medida é possível sustentar que o propósito althusseriano era de fornecer uma interpretação, filosófica; porém, não sob a lógica da representação e do comentário. Não se buscava ali alguma relação de fidelidade, mas ao contrário, de forçar uma leitura que à luz da letra, ou do discurso produzido por Marx, dá e exige o que (filosoficamente) pensar.

Uma primeira aproximação ao que parece significar “ler” em *Lire Le Capital*.

Para tentarmos compreender, ou ao menos intentar pensar sobre o que possa significar “ler” (*lire*), naquilo que tem de dado, de óbvio, ou de evidente, é preciso situar o livro *Lire Le Capital* no conjunto da obra e do pensamento althusserianos.

Jean-Claude Bourdin (2008), na apresentação que fez ao livro por ele organizado em homenagem a Althusser, intitulado *Althusser, une lecture de Marx* (2008), divide a obra althusseriana em dois grandes momentos. Um primeiro momento, que data dos anos de 1960, em que Althusser compreendia a filosofia como teoria científica da prática teórica, em ruptura com a ideologia; e um segundo, de autocrítica, datado na década seguinte, denunciando uma falácia teoricista e defendendo a filosofia como “luta de classe na teoria”, sugerindo algo como um giro “politicista” (BOURDIN, 2008, p. 18). *Lire Le Capital* foi, portanto, um trabalho daquele período mais “teoricista” de Althusser, no qual, ainda segundo Bourdin,

O objetivo é ler os textos de Marx como filósofo e de pôr a seus textos a questão das condições teóricas e formais da constituição de seus discursos, analisando o processo de conhecimento de seu objeto no seio da ordem de exposição de seus conceitos. Trata-se então de evidenciar a filosofia que Marx põe em obra em estado prático na sua prática teórica própria [...] para isolar e identificar um corpus relativamente estabilizado pelo acesso a uma problemática científica (BOURDIN, 2008, p. 17-18).

Não há dúvidas que Bourdin se apoia nas próprias palavras de Althusser, quando ele formula um ensaio de autocrítica por volta de 1972. Como Althusser observa já no prólogo, desde 1967, principalmente após a publicação italiana de *Lire Le Capital*, ele identificou algo importante naquele texto: “[...] reconheci que estes textos estavam afetados por uma tendência errônea. Indiquei a existência deste erro e lhe dei um nome: *teoricismo*. [...] Acrescento: mais que de erro, há que falar de desvio. *Desvio teoricista*” (ALTHUSSER, 1975, p. 11). Ao que o filósofo reconhece produzir um efeito de redução interpretativa da “extraordinária experimentação político-teórica que se esboça e se desenvolve na obra de Marx, a partir de 1845” (ALTHUSSER, 1975, p. 12): primeiro, o corte epistemológico que separava a teoria marxiana da ideologia burguesa; e a seguir, o corte epistemológico no nível mesmo da teoria marxiana: *O Capital* introduz uma série de categorias conceituais, não localizadas em obras anteriores de Marx e que lhe permite formular, não apenas uma teoria mais robusta epistemológica, mas uma teoria cujo arcabouço epistemológico-conceitual lhe permite e propicia sua condição revolucionária (ALTHUSSER, 1975, p. 15). Com *O Capital*, Marx chega ao auge de sua crítica teórica à ideologia burguesa, assim como também funciona como uma autocrítica à sua obra de juventude, como uma espécie de pré-história ou mais precisamente de uma fase pré-teórica, não-científica, da teoria marxiana. Essa, a teoria marxiana, se outrora se fazia como filosofia, a partir de então (desde 1845 se buscava tal objetivo), com o ápice de *O Capital*, ela se faz também científica: assim e só assim, segundo Althusser, ela pode ser revolucionária (ALTHUSSER, 1975, p. 24).

O que só é possível graças a uma certa posição política adotada de antemão, segundo a autocrítica althusseriana, e que acaba por gerar uma redução da crítica marxiana à economia política sob a égide das lutas de classes. Ora, como afirma ainda Lindner (2007), basicamente de um ponto de vista estritamente teórico, *O Capital* pode ser entendido como uma análise da socialização pelo mercado, mediante uma dominação sistemática sob os agentes sociais, independentemente de sua classe sócio-econômica, evidenciando pois a estrutura e a dinâmica das relações sociais, de modo que o tema da luta de classes só aparece naquela obra de modo bastante marginal (LINDNER, 2007, p. 74-75).

Isto posto, há que se pensar e até mesmo admitir que, para se compreender o alcance de *Lire Le Capital*, o giro politicista que Althusser começou por estabelecer a partir de seus *Elementos de autocrítica*, fornece não apenas uma autocrítica, retificadora de erros passados; mais que isso, fornece também uma espécie de desvio de projeto, algo como uma leitura retrospectiva com tudo o que pode implicar de problemático, enviesado, pois em suas linhas gerais compreende aquele texto contendo erros, simultaneamente de caráter epistemológico e político. Isto se deve ao fato de que Althusser incorreu em anacronismo autointerpretativo, uma vez que ele acaba por julgar aquele “velho” texto à luz de seus interesses e estágio atuais de seu pensamento.

Outra aproximação ao que parece significar “ler” em *Lire Le Capital*.

Não seria então o caso e a chance para uma vez mais, ainda ler o texto pelo texto, segundo sua lógica estrutural própria e à luz de seu próprio tempo lógico, aos moldes do método estruturalista de leitura, como ponderado por historiadores como Martial Gueroult (2007), buscando identificar a arquitetônica dos sistemas filosóficos, ou como propõe Victor Goldschmidt, em busca do tempo lógico do texto filosófico (1963)? Sem dúvida, em alguma medida há que se buscar em entender a arquitetônica da leitura althusseriana de *O Capital*... Mas como entender tal leitura se Althusser mesmo sugere que sua leitura seja culpável, e ainda mais, como elemento constitutivo dessa culpabilidade filosófica, a advertência tão famosa, feita expressamente em 21 de março de 1969, de que a obra máxima de Marx não deveria começar pela Seção I, mas a partir da Seção II? (ALTHUSSER, 1976a, p. 52; cf. ainda LINDNER, 2007, p. 76). Aliás, essa famosa advertência nos fornece um índice digno de nota para entender o que é ler *O Capital* para Althusser. Diz ele expressamente (tomei a liberdade de juntar tudo num só parágrafo):

Dou então antes o seguinte conselho prático: começar a leitura do Livro I pela Seção II: *A transformação do dinheiro em capital*. Só se pode, a meu ver, começar (e somente começar) a compreender a Seção I após ter lido e

releio todo o Livro I a partir da Seção II. Este conselho é mais que um conselho, é uma recomendação que eu me permito apresentar como uma recomendação imperativa. Cada um pode fazer a experiência prática. Se se começa a ler o Livro I por seu começo, quer dizer pela Seção I, ou bem se chafurda e se abandona, ou bem se crê compreender, mas é ainda mais grave, pois há forte chance de ter compreendido qualquer outra coisa do que o que há para se compreender. A partir da Seção II (*A transformação do dinheiro em capital*), as coisas se iluminam. Penetra-se então diretamente no coração mesmo do Livro I. Este coração, é a teoria da mais-valia, que os proletários podem compreender sem dificuldade alguma, por que é simplesmente a teoria científica de sua experiência cotidiana: a exploração de classe (ALTHUSSER, 1976a, p. 52).

Esta famosa recomendação imperativa, segundo Althusser mesmo, se justifica por reconhecer, ou melhor preservar a ideia já expressa anteriormente de que “*O Capital* é livro de teoria pura”, e que, como tal, “toda teoria se caracteriza pela abstração de seus conceitos, e o sistema rigoroso de seus conceitos; que é preciso então aprender a praticar a abstração e o rigor; conceitos abstratos e sistema rigoroso não são fantasia de luxo, mas instrumentos mesmo da produção dos conhecimentos científicos” (ALTHUSSER, 1976a, p. 51). E em seguida ele faz a analogia com os instrumentos, as ferramentas e as máquinas utilizadas em produção; pois em alguma medida, com isso, ele pode afirmar que a teoria científica expressa naquele livro de Marx trata de uma experiência assaz cotidiana, qual seja, a exploração da classe proletária. Mas a analogia também revela o caráter pragmático dos conceitos: sua abstração e rigor permite uma análise científica de seu objeto; permite também a produção de um conhecimento rigoroso e científico sobre tal objeto.

Além disso, ao impor tão enfaticamente aquela recomendação de leitura, o que ela sugere? Primeiramente, considerando a letra do texto citado, uma facilitação da leitura compreensiva do coração, do núcleo teórico, da teoria marxiana da estrutura e dinâmica social, qual seja: a teoria da mais-valia e a exploração de classe. Em segundo, que o texto tem que ser lido como texto científico, ainda que preserve algo de uma dimensão filosófica. No entanto, ao estabelecer uma analogia de instrumentalização pragmática dos conceitos e de seus sistemas, o texto marxiano não deve ser lido como uma sorte de manual, de roteiro “passo-a-passo” do que se fazer com tais conceitos. Althusser não sugere exatamente uma inversão entre as Seções I e II; antes ele sugere um veto de leitura à Seção I, que se comece a leitura pela Seção II, e depois em algum momento, exatamente após a leitura da Seção VIII (ALTHUSSER, 1976a, p. 59), se volte à leitura da Seção I, relendo o conjunto do Livro I na ordem sistematizada por Marx. Vale observar também que Althusser sugere que a Seção V seja provisoriamente dispensada da leitura por ser “muito técnica” (ALTHUSSER, 1976a, p. 54). O que ele recomenda em linhas gerais é que não se respeite a ordem da exposição concebida pelo filósofo alemão. Seria isto o indicativo do que Althusser chamou de leitura culpável no começo de *Lire Le Capital*? Mas há outro elemento que não se pode negligenciar aqui e que pode ser colocado sob a fórmula de

uma pergunta: a quem se destinam tais recomendações althusserianas de como se ler *O Capital*? Pois ele não está exatamente dizendo como ele leu aquele texto, ele não descreve e expressa sua experiência de leitura, ainda que sub-repticiamente possa haver alguns de seus elementos (quantas vezes ele mesmo já não se meteu no atoleiro da Seção I?); mas sim dizendo para um determinado tipo de leitor, como ele pode fazer um determinado tipo de leitura daquele livro: ainda que ele afirme o caráter rigoroso, teórico, abstrato, científico daquele livro de Marx, parece que Althusser quer dar conselhos de leitura ao trabalhador, ao proletário (ALTHUSSER, 1976a, p. 49, 50, 51, 53, 54, 55, 60); não ao cientista, não ao filósofo, “que não são nem operários nem militantes revolucionários” (ALTHUSSER, 1976a, p. 50).

E mais ainda, aquela recomendação parece fazer eco a outra posição tomada por Althusser no que tange à leitura de *O Capital*. Trata-se do texto “A filosofia como arma da revolução”, originalmente publicado em 19 de fevereiro de 1968, em formato de entrevista concedida a M. A. Macchiocchi para o jornal *l’Unità*, do partido comunista italiano, e que também compõe *Positions* (1976). Diz ele expressamente:

Sim. É preciso ler e estudar *O Capital*:

- para compreender verdadeiramente em todo seu alcance e todas suas consequências científicas e filosóficas o que os militantes proletários compreenderam desde muito tempo na prática: o caráter revolucionário da teoria marxista.
- para defender esta teoria contra todas as interpretações, quer dizer revisões burguesas ou pequeno-burguesas, que hoje a ameaçam profundamente, em primeiro lugar o par Economismo/Humanismo.
- para desenvolver a teoria marxista e produzir os conceitos científicos indispensáveis para a análise da luta de classes hoje, em nossos países [dado o contexto da entrevista, Althusser refere-se certamente à França e Itália] e alhures (ALTHUSSER, 1976b, p. 44).

Há, portanto uma finalidade política que deve guiar a leitura e o estudo de *O Capital*. Os três motivos elencados por Althusser deixam claro não apenas a dupla dificuldade dessa leitura, bem como trata da preeminência da dimensão política que deve guiar a sua leitura: compreender científica e filosoficamente o alcance revolucionário da teoria marxiana, assim como defender a teoria de uma captação ideológica (que ele identifica no que chamou de economismo e de humanismo), e, por fim a importância da produção conceitual para a análise. Há nessa citação uma referência a um embate de fundo que para Althusser não se resolve apenas em termos teóricos; antes, o corte epistemológico – a expressão é de Althusser, numa retomada da noção bachelardiana de ruptura (BALIBAR, 2004, p. 21) – entre ideologia e teoria científica é também um corte de caráter político.

Enfim, lendo *Lire Le Capital*

E mais, tendo por referência aqueles dois textos de *Positions*: uma vez que *O Capital* apresenta uma dupla dificuldade de leitura: política e, por conseguinte, teórica; ambas tão reais, Althusser reconheça a preeminência da primeira. Assim sendo, parece ser possível sustentar que naqueles textos, originalmente publicados entre 1968 e 1969, mas agregados como capítulos em *Positions* (1976) e este foi publicado após *Elementos de Autocrítica*, originalmente publicados em 1974, provavelmente sob a égide do giro, ou desvio, politicista, os conselhos althusserianos sobre como ler *O Capital* se destinam a um leitor bem específico: o proletariado, aquele que experimenta em sua vida aquilo que a teoria marxiana explicita e analisa. E se não é ao filósofo, e sim ao proletariado (pode o filósofo escapar, por seu trabalho intelectual, de uma condição proletária?) que aquelas regras de ouro para a leitura de *O Capital* se destinam, aquele modo de ler pode ser considerado uma leitura culpável? A leitura que ele havia proposto originalmente coincide com a da admoestação imperiosa que ele faz ao proletariado?

É hora, portanto, de voltar a atenção à *Lire Le Capital*.

Como Althusser mesmo declara no texto que serve de apresentação àquele livro originalmente publicado em junho de 1965, não há leitura inocente, e a leitura que ele e sua equipe de *normaliens* tiveram o fito de fornecer era uma leitura filosófica, ou ainda, o que significava ler aquele livro como filósofo, como ser um leitor-filósofo.

Ler *O Capital* como filósofo é precisamente questionar o objeto específico de um discurso específico, e a relação específica desse discurso com seu objeto; é portanto propor à unidade discurso-objeto a questão dos títulos epistemológicos que distinguem essa unidade precisa de outras formas de unidade *discurso-objeto*. Somente uma leitura com essa pode esclarecer quanto à resposta à questão referente ao lugar que *O Capital* ocupa na história do saber. Essa questão formula-se deste modo: será *O Capital* simples produção ideológica entre outras, uma ordenação hegeliana da economia clássica, a imposição ao domínio da realidade econômica de categorias antropológicas definidas nas "Obras filosóficas da juventude", a "concretização" das aspirações idealistas da *Questão Judaica* e dos Manuscritos de 44? Será *O Capital* simples continuação e como que culminação da economia política clássica, de que Marx teria herdado tanto o objeto como os conceitos? *O Capital* distinguir-se-á então da economia clássica, não por seu objeto, mas só pelo *método*, isto é, a dialética inspirada em Hegel? Ou então, muito pelo contrário, constituirá *O Capital* uma verdadeira mutação epistemológica em seu objeto, em sua teoria e em seu método? Representará *O Capital* a fundação em ato de uma disciplina nova, a fundação em ato de uma ciência – e portanto um verdadeiro acontecimento, uma revolução teórica, deixando para trás, na pré-história, a economia política clássica e as ideologias hegeliana e feuerbachiana – o começo absoluto da história de uma ciência? E se essa ciência nova é teoria da *história*, acaso não permitirá em recíproca um conhecimento de sua própria *pré-história* – e portanto ver claro tanto na economia clássica como nas obras filosóficas da juventude de Marx? Tais são as implicações da questão epistemológica suscitadas a *O Capital* por sua leitura filosófica. (ALTHUSSER et al., 2014, p. 5-6; 1979, p. 13; 1974, p.19-20)

O que esta passagem parece sustentar é que a leitura filosófica e seu agente apropriado, o filósofo, e o filósofo como leitor, atua incisivamente sobre o texto e não se lhe deixa afetar, pacientemente pelo que lê. Um primeiro indicativo da leitura culpável é, neste caso, que ela não acolhe uma posição de passividade, um páthos da leitura, mas ao contrário um modo de operar na leitura extremamente ativo. Podemos atentar aos verbos utilizados: Ler é questionar, é propor

questões, ler é poder esclarecer as questões feitas e, por isso fazer ver com clareza a fundação de uma nova disciplina diante da economia clássica e, ao mesmo tempo das ideologias, que Althusser qualifica de hegeliana e feuerbachiana. Portanto, de alguma forma é possível sustentar que ler *O Capital* não é lê-lo passivamente, como que a absorver seus ensinamentos, sem questão e de modo ingênuo. Não se pode ler inocentemente, é preciso sempre provocar de algum modo o texto a ser lido com vistas a fazê-lo revelar o que tem de mais original e radical frente à essa dupla tradição a que Marx, poder-se-ia talvez dizer dialeticamente, reconhece seus vínculos e herança ao mesmo tempo em que lhes desfere sua escrita crítica e rompe com elas, tanto no plano teórico quanto no prático.

E ainda no mesmo texto de apresentação, Althusser busca ser mais direto e enfático no que considerou ser culpável em sua leitura de *O Capital*, isto é, de buscar ler aquela obra da mesma forma que Marx leu – “Quando lemos Marx, estamos ao mesmo tempo diante de um leitor que lê, e em voz alta na nossa frente”, nos diz Althusser (2014, p. 9; 1979, p. 16; 1974, p.23) – os teóricos da econômica clássica, isto é uma leitura dupla, ou melhor dobrada pela qual se lê os textos pelos textos, atendendo para o que efetivamente dizem e, num segundo momento, uma leitura que se busca evidenciar o que não foi dito sob a condição de algum lapso, o que foi impedido de ser dito – o ilegível – pelo próprio sistema de estruturação dos conceitos e dos argumentos no nível do texto, que se fazem presentes no texto como o que foi impedido, vetado, de ser dito no texto, como um sistema de interditos ou de tabus que constituem as estruturas elementares da economia clássica. É o que Althusser chamou na leitura de Marx de leitura “sintomal” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 22; 1979, p. 27; 1974, p.33). Em suma, Althusser e sua equipe buscaram oferecer uma leitura sintomal de Marx, isto é, lê-lo como ele leu a economia política clássica produzindo um efeito de circularidade hermenêutica pela qual se dá a produção do conhecimento.

Será possível resumir numa palavra tudo o que precede? Essa palavra designa um círculo: uma leitura filosófica de *O Capital* só é possível como aplicação do que constitui o próprio objeto de nossa reflexão: a filosofia de Marx. Esse círculo só é possível epistemologicamente pela existência da filosofia de Marx nas obras do marxismo. Trata-se, pois, de produzir, no sentido rigoroso da palavra que parece significar: tornar patente o que está latente; mas que quer dizer: transformar (para dar a uma matéria-prima preexistente a forma de certo objeto ajustado a um fim) o que, em certo sentido, já existe. Essa produção, no duplo sentido que dá à operação de produção a forma necessária de um círculo, é a produção de um conhecimento. Conceber em sua especificidade a filosofia de Marx é, pois, conceber a essência do próprio movimento pelo qual é produzido o seu conhecimento ou conceber o conhecimento como produção (ALTHUSSER et al., 2014, p. 31; 1979, p. 34; 1974, p.39-40).

Ainda segundo (e aqui neste artigo, sempre!) Althusser, conceber a produção do conhecimento é conceber uma prática da produção teórica a partir de um sistema de condições que possibilitam a sua produção, mediante a combinação da determinação do objeto do

conhecimento, os meios de produção teórica e as relações histórico-sociais nas quais estão imersas, ao que Marx entendeu nomear de pensamento que se dispõe de forma multidimensional, ao que, muito esquematicamente, se pode formular como uma dimensão formal da determinação do objeto do conhecimento (que difere do objeto real), e a dimensão histórico-social da formação das ciências, pela qual se pode apreender e interpretar a formulação e utilização de “conceitos fundamentais” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 45; 1979, p. 45; 1974, p. 50) com os quais se pode apreender a própria dimensão história do tempo atual, permitindo não apenas seu avanço como uma superação dos limites de uma mera abstração enquanto uso de conceitos formais em sua generalidade, porém não aplicáveis factualmente; ela exige, inclusive a formulação, a elaboração do conceito com vistas a seu emprego, uma vez que se trata de, desde sempre, considerar o real como um objeto “teoricamente construído” (GARO, 2008, p. 42). Neste sentido, ainda que a Althusser tenha proferido imprecisões e conselhos quanto ao modo de leitura d’*O Capital* ao proletariado e não ao filósofo, isto não é de fato uma novidade em comparação a *Lire Le Capital*; afinal, aqueles conselhos de leitura tiveram por objetivo “facilitar” alguma leitura da obra marxiana de modo a permitir a compreensão das experiências vividas de opressão dentro do sistema capitalista. As abstrações teóricas contidas em *O Capital* não são estritamente formais, mas a exposição teórico-conceitual das condições reais e fatuais vividas por parcela da humanidade (e não a humanidade em geral) nas sociedades capitalistas, sejam aquelas vivenciadas por Marx em seu tempo, principalmente na Inglaterra como ápice do capitalismo em seu tempo, sejam aquelas conhecidas por Althusser durante os anos de 1960 e 1970, sejam em alguma medida as sociedades atuais, mundo afora. É em função desse duplo modo de produção do conhecimento e dos conceitos, que Althusser entende como necessário o estabelecimento de um critério de demarcação e o estabelecimento de uma ruptura epistemológica na obra marxiana, a partir de *O Capital*, entre ideologia e ciência. Diz Althusser expressamente:

[...] por isso [somos] obrigados a propor o problema das condições da “ruptura epistemológica” que inaugura toda ciência, isto é, para empregar a terminologia clássica, o problema das condições da descoberta científica, e que fôssemos obrigados a propô-lo aqui também a propósito de Marx. Poderia nos embaraçar que, ao ensejo do estudo desse problema, fôssemos convidados a pensar de modo inteiramente novo a relação da ciência com a ideologia de que ela nasce, e que continua de certo modo a acompanhá-la surdamente em sua história (ALTHUSSER et al., 2014, p. 47; 1979, p. 47; 1974, p.52).

Sobre o uso que Althusser faz da noção de “ruptura epistemológica”, evidentemente herdada da filosofia de Gaston Bachelard, ainda que este utilizasse a noção de “corte epistemológico”, Balibar (2004) e Garo (2008) são bastante elucidativos.

Balibar (2004) observa que, embora a noção de corte epistemológico seja “moeda corrente” dentre os leitores de Bachelard, a expressão não aparece de fato na lavra bachelardiana de modo bem definido e sistematizado, quando muito em usos esporádicos (BALIBAR, 2004, p. 10-11). De qualquer modo é inegável que Althusser lhe toma a ideia de empréstimo, aplicando-a a seu modo ao materialismo histórico de Marx. E ao fazê-lo, Althusser busca garantir ao materialismo histórico uma cientificidade, símile a de outras práticas teóricas como as estudadas por Bachelard, cujo empréstimo acaba por produzir uma aplicação *ad hoc*, e neste sentido, injustificada, ao materialismo histórico desprovida de qualquer índice de criticidade, seja ao emprego em si, seja ao próprio materialismo.

Mas Balibar crê encontrar outro sentido ao projeto althusseriano de provar e justificar a cientificidade do materialismo histórico: qual seja, “como a constituição de uma nova noção a partir de um material incompleto e contraditório” (BALIBAR, 2004, p. 23), o que permitiria pensar a formação histórica dessa nova teoria, e de encontrar os seus elementos fundamentais e constitutivos naquele texto de *O Capital*, donde a importância de ressitua-la (a nova teoria, isto é o materialismo histórico) historicamente diante de suas fontes tradicionais, quais sejam: a economia clássica e o humanismo filosófico de matiz hegeliana – o que vale não apenas a Hegel mas, passando por Feuerbach até os textos do próprio jovem Marx –, tomadas como não-científicas e, portanto, ideológicas. Isto é, desde o seu “campo ideológico dado, quer dizer, o sistema de formações ideológicas organicamente vinculadas a determinada época da história de uma formação social, pois esta relação é a que permite compreender as contradições de uma problemática teórica” (BALIBAR, 2004, p. 29); contradições essas que podem ser internas à prática teórica, que a colocam em franca contradição com aquele campo ideológico donde, paradoxalmente, ou melhor, dialeticamente se originou ao mesmo tempo em que se põe em processo de ruptura, ainda que jamais esteja “fora do campo da ideologia” (BALIBAR, 2004, p. 35).

Ora, pensar o corte epistemológico, portanto, implica em considerá-lo em sua dimensão histórica, quer dizer, de que a formulação do corte epistemológico assinala para o começo de um processo, seja a teoria científica ou a prática revolucionária do movimento operário, que se dá no curso da história; daí que, também, para Althusser, o corte epistemológico entre ideologia e ciência têm que considerar uma filosofia da história, não idealizada, mas sustentada na materialidade dos fatos e dos acontecimentos. De qualquer modo, para Althusser, o corte epistemológico não é um instantâneo acabado dado irruptivamente no tempo histórico; antes, é o começo de um processo constitutivo ainda que movido por contradições, mas sem dúvida

incompleto e irreversível (BALIBAR, 2004, p. 28), dentro de um campo ideológico, isto é, “o sistema de formações ideológicas organicamente vinculadas a determinada época da história de uma formação social, pois esta relação é a que permite compreender as contradições de uma problemática teórica” (BALLIBAR, 2004, p. 29). Neste sentido, a leitura althusseriana se volta ao texto de *O Capital*, exatamente sobre passagens em que Marx, também ele, se comporta como leitor da economia e da filosofia “na esperando apreendê-lo por si mesmo no julgamento que pronuncia sobre sua pré-história científica” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 345; 1980, p. 91; 1974, p. 157) como quem se volta criticamente sobre o seu campo ideológico, mas com todas as ambiguidades ou “hesitações contraditórias” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 408; 1980, p. 144; 1974, p. 206) que daí pode advir. Por esta razão, ler *O Capital* é encontrar necessariamente um duplo discurso: aquele científico e outro, suficientemente distinto, porém inseparável do primeiro, a saber, discurso filosófico. É nessa ambivalência da leitura/escrita de Marx que se pode, vislumbrar o que há de produtivo e positivo na filosofia marxiana, inerente ao texto de *O Capital*, que o torna à leitura althusseriana um texto revolucionário, isto é, em função de sua ruptura com a filosofia então vigente, entendida como ideológica, e capaz de fundar uma nova teoria da história (DUMÉNIL et al., 2015, p. 182).

101

Para Isabelle Garo (2008) é importante atentar para o modo como Althusser concebeu a ideologia. Segundo ela, não se tratava para o filósofo francês de um conceito estabelecido e definitivamente estável, e que ele revisitou a categoria e a submeteu a constantes retificações, mantendo-se aberto às autocríticas, mas sempre a partir da relação binomial entre ideologia e ciência, bem como a esse outro par, a que está conexo mesmo tendo suas especificidades, que é da relação entre ideologia e política. Seguindo a linha argumentativa de Garo (2008, p. 40), ela afirma que se pode considerar que o prefácio que Althusser escreve à *Lire Le Capital* como a segunda etapa da definição althusseriana de ideologia, sendo a primeira expressa em *Pour Marx*, publicado no mesmo ano de 1965. Nesse livro, Althusser não apenas resgata a metáfora da câmera negra para pensar a ambivalência entre ver e não-ver que se faz patente à análise da ideologia em cruzamento com a teoria científica, antes de relacioná-la com a realidade social, donde advém a acusação e a autocrítica de que ele fez um desvio teoricista. Mas o que essa atenção à dimensão teórica (da ciência) em relação com a ideologia permitiu positivamente a Althusser, a despeito da autocrítica? Ainda segundo Garo (2008, p. 41), “[...] aos olhos de Althusser, é sobretudo na ‘ordem do discurso’ e sobre o terreno teórico que se constroem e se estratificam as relações entre teorias e entre teóricos, que devem fornecer a chave não somente do marxismo ulterior, mas de início da obra marxiana mesma”. É a partir desse cenário que se

deve ler a leitura althusseriana d’*O Capital* de Marx, texto que é a um só tempo o registro de uma leitura e a ruptura em relação àquilo que lê. Leitura da leitura de outra leitura.

Althusser reconhece em Marx um teórico revolucionário, mas que para engendrar sua revolução enquanto teórico, para fazer uma revolução teórica, ele tem que ser tomado desde o início como leitor. Como a leitura engendra e propicia uma revolução teórica? Segundo Althusser, para acontecer tal revolução Marx tem que ler, seja a filosofia hegeliana seja a economia política clássica, buscando nelas o que elas revelam sem (poder) dizer. O que não é tarefa fácil, antes exige enfrentar um duplo problema.

A primeira dificuldade é que “as reflexões metodológicas de Marx em *O Capital* não nos dão o conceito desenvolvido, nem mesmo o conceito explícito do objeto da filosofia marxista” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 248; 1980, p. 8; 1974, p. 82). Razão pela qual Althusser defende que à leitura do texto se aplique os mesmos princípios que Marx empregou em seu modo de ler os “seus” clássicos originários, formando uma espécie de, metodológica e epistemologicamente um círculo hermenêutico autorreferenciado de leitura da produção teórica do conhecimento. A outra dificuldade está em determinar conceitualmente qual a natureza do objeto científico d’*O Capital*, se a economia ou a história; como precisar o que tal objeto tem de diferente dos objetos da economia clássica e da história, criticados por Marx naquele livro. No entender de Althusser, essa dupla dificuldade só pode se enfrentada por uma leitura culpável, filosófica, apta a “colocar a *O Capital* o problema prévio da natureza diferencial de seu objeto” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 251; 1980, p. 11; 1974, p. 84) – o que em absoluto remete, ideologicamente, a alguma forma idealista de teoria do conhecimento, de um filosofema; ao contrário, permite uma aplicação de procedimentos de esclarecimento e de compreensão daquele livro de Marx, “em seu conteúdo econômico e histórico” evidenciando a teoria marxiana como teoria científica e que, a despeito de certas ambiguidades que, mediante a presença de elementos conceituais filosóficos (entenda-se com isso, do embate do próprio Marx em romper com as heranças ideológico-filosóficas, pré-científicas, nas quais foi formado e, pois, com as quais compactuou em alguma medida em sua obra de juventude). Por isso, Althusser precisava ler o texto d’*O Capital* contra si mesmo, tal como Marx fizera com a economia política:

[...] para compreender em toda a sua profundidade as observações em que Marx exprime a relação com sua obra, seria preciso ir, além do sentido literal, até o ponto essencial, presente em todas essas observações, em todos os conceitos que implicam essa relação – até o ponto essencial da diferença específica do objeto de *O Capital*, ponto ao mesmo tempo visível e oculto, presente e ausente, ponto ausente por motivos que têm a ver com a própria natureza de sua presença, tem a ver com a originalidade perturbadora da descoberta revolucionária de Marx. Que em certos casos essas razões possam ser, à primeira vista, como que invisíveis, deve-se sem dúvida, em última análise, a que são, como toda criação original radical, razões que ofuscam (ALTHUSSER et al., 2014, p. 253-254; 1980, p. 13; 1974, p. 86).

Por enfrentar o texto marxiano, numa leitura dialetizada (que ele chamou de sintomal) que implicar em forçar o texto contra si mesmo, não buscando encontrar hermeneuticamente uma espécie de subentendido, de um pré-texto, mas na superfície material mesma daquilo que foi escrito por Marx, Althusser pôde identificar as ambiguidades e dificuldades inerentes do texto d’*O Capital* (ALTHUSSER et al., 2014, p. 345; 1980, p. 91; 1974, p. 157); e pôde interpretá-las não como uma inviabilização da teoria, mas o próprio movimento de eclosão revolucionária da prática teórica de Marx. Neste sentido, se o texto d’*O Capital* marca a maturidade da teoria marxiana, ele deixa transparecer seu caráter revolucionário à medida em que se faz em ruptura epistemológica com a tradição filosófica com a qual compactuava (como já vimo, tomando-a como ideológica). Mas qual o caráter dessa ruptura? Marx postula, contra a filosofia, contra o ideológico, contra o pré-científico, diga-se também, não-científico, uma teoria científica; uma teoria científica porque não se atribui conceitos e procedimentos tipicamente ideológicos que, nesse caso, são identificados com o idealismo hegeliano ou com o empirismo, já presente no socialismo não-marxista ou até nos textos de juventude de Marx; e não são ideológicos, pois busca conferir ao objeto dessa teoria científica uma materialidade fundante, buscada não num como “deve ser”, mas num como se dão, no tempo e no espaço, as relações sociais. Por outro lado, aquelas ambiguidades identificadas por Althusser à leitura do texto são sintomas não de uma falha ou deficiência do corpo ou edifício teórico, mas a sinalização para a condição *acontecimental* – Althusser certamente diria revolucionária – da prática teórica nascente postulada por Marx a partir daquele livro.

Ballibar (2004) atenta com bastante precisão sobre este ponto, a saber, da relação conflituosa implicada na ruptura epistemológica entre ideologia e prática e, por conseguinte, prática teórica. O primeiro aspecto que garante, no entender de Balibar, uma marca de novidade na abordagem althusseriana, se deve ao fato de permitir a correlação entre o que há de geral numa teoria da prática teórica e o que há de específico no materialismo histórico, conferindo ao materialismo histórico seu índice de revolucionário: “como Althusser não deixa de sublinhar, a ideologia é uma instância social, totalmente irreduzível à dimensão epistemológica de um erro, de uma ilusão ou de um conhecimento” (BALLIBAR, 2004, p. 33). E a argumentação de Ballibar sobre essa relação é provocativa e instigante (e eu tendo a concordar com ele): ele relembra das duras críticas sofridas por Althusser quando propôs o conceito de prática teórica em vez de falar de teoria, e das acusações sofridas de teorismo, às quais, em verdade, até Althusser mesmo faz sua *mea culpa* com base na mesma alcunha, como já considerei antes. A despeito de todas as críticas que foram dirigidas a Althusser, em absoluto ele estabeleceu uma inversão

gravitacional entre a teoria e a prática, dando à primeira primazia frente à segunda pois, como Ballibar define com bastante precisão, deve-se entender a prática teórica como uma prática social dentre outras e necessariamente vinculadas a essas outras práticas sociais, de modo que “a prática precede a teoria e a excede permanentemente”, de tal modo que não há confusão, para Althusser junto com Marx, entre objeto real e objeto do conhecimento, assim como os efeitos do conhecimento não são efeitos puramente teóricos, mas o contrário, isto é efeitos práticos à medida em que jamais uma teoria está fora do campo ideológico (BALLIBAR, 2004, p.34-35).

Por outro lado, é preciso reconhecer o que há de complexo na noção de prática. Ela não implica apenas a materialidade própria das práticas sociais situadas historicamente; elas demandam também a apreensão de seu caráter processual em sua condição pragmática, desde suas formas mais elaboradas e ritualizadas, como no Estado ou seus aparelhos, até formas mais espontâneas, mas nem por isso realmente simples de práticas sociais, que caucionam e excedem todas e quaisquer teorizações que se lhe atribui. Por isso, a teoria, ou melhor, as teorizações podem ser compreendidas como práticas teóricas nas quais, em que pese suas abstrações conceituais, elas se apoiam e devem permitir explicar realidades bem cotidianas e concretas das pessoas, dos sujeitos históricos, nas suas mais diversas relações sociais. E isto vale ainda mais quando se considera a dimensão de transformação material das relações sociais, seja dos modos de produção e subsistência, seja da produção teórica.

É, portanto, em função do postulado de uma prática pura, que se estabelece a ruptura entre ideologia e teoria, esta entendida mais precisamente por Althusser como prática de produção de conhecimento, isto é, uma prática pura de produção teórica que atua pela “transformação de uma matéria-prima ideológica com ajuda de meios de produção teóricos, para produzir uma forma específica de ‘apropriação’ da realidade” (BALLIBAR, 2004, p. 36), atuando revolucionariamente, tanto no nível da ruptura epistemológica introduzida bem como na transformação revolucionária das relações existentes.

Essa nova e revolucionária prática teórico-científica nasce, portanto, a partir da proposição de um novo objeto que requer toda uma terminologia, de todo um aparato conceitual para dele dar conta de modo adequado:

[...] não se pode duvidar de que Marx tenha sentido como exigência teórica de primeiríssima ordem a necessidade de elaborar uma *terminologia* científica adequada, isto é, um sistema coerente de termos definidos, no qual não apenas as palavras empregadas sejam conceitos, mas no qual as novas palavras sejam outros tantos conceitos definidores de um novo objeto. [...] Se Marx tem em vista *um novo objeto*, deve necessariamente adquirir uma terminologia conceitual nova correspondente (ALTHUSSER et al., 2014, p. 347-348; 1980, p. 93; 1974, p. 158-159; grifo do autor).

O novo aparato terminológico e conceitual que Marx concebe revolucionariamente gira em torno da noção de mais-valia de que ele se valeu contra os economistas clássicos, principalmente Adam Smith e David Ricardo. Esses, costumeiramente confundiam a mais-valia com as suas formas de existência: o benefício, a renda e o interesse. E por isso, a palavra não aparece neles e com eles; e mais, a sua ausência os manteve atolados no campo ideológico da pré-ciência (ALTHUSSER et al., 2014, p. 349 e 365; 1980, p. 95 e 107; 1974, p. 160 e 172). Ou dito ainda de outro modo mais radical: a ciência econômica clássica não pode ser uma ciência enquanto economia política, pois lhe falta um objeto, sendo uma das razões do porquê do subtítulo d’*O Capital*: “Crítica da economia política”, o que, no entender de Althusser deve ser levado ao pé da letra. A crítica não se dirige apenas ao objeto da economia política, mas à própria economia política como objeto – razão pela qual *O Capital* é tanto uma teoria científica em termos econômicos (pois pergunta pelo objeto da economia) e em termos históricos (pois se põe em ruptura à tradição econômica que lhe antecede, donde reconhece suas origens, mas sem lhe dar continuidade), assim como um potente reflexão filosófica pela qual se interroga sobre a natureza e sobre os limites de seu objeto, e sobre a necessidade do aparato conceitual com o qual se lhe pode pensar acuradamente.

105

Daí decorre um dos traços revolucionários da prática teórica de Marx em *O Capital*: ao interrogar – o que Althusser chama expressamente de mutações da problemática teórica – pela natureza e pelos limites do seu objeto de conhecimento, ele dá a ver um novo objeto de conhecimento, um objeto que se (re)nova e se transforma frente ao objeto real (a realidade), que se mantém invariável. Diz expressamente Althusser:

Quando uma ciência bem estabelecida se desenvolve sem movimentos bruscos, a transformação do objeto (de conhecimento) adquire uma forma contínua e progressiva: a transformação do objeto torna visíveis, no objeto, “novos aspectos” que antes *não eram absolutamente visíveis* [...] É assim, por exemplo que podemos prosseguir depois de Marx a investigação sistemática do objeto definido por Marx: ganharemos com isso novos pormenores, ao “ver” o que antes não podíamos ver – mas no interior de um objeto cuja estrutura será confirmada por nossos resultados, mas do que subvertida por eles. coisa diferente se dá nos períodos *críticos* de desenvolvimento de uma ciência, quando ocorrem verdadeiras *mutações* da problemática teórica: então o *objeto* da teoria sofre uma mutação correspondente, que, desta feita, não recai apenas sobre “aspectos” do objeto, sobre minúcias de sua estrutura, mas sobre a própria estrutura. O que agora se torna visível é uma nova estrutura do objeto, muito diferente da antiga, o que permite legitimamente falar de um objeto novo. (ALTHUSSER et al., 2014, p. 361; 1980, p. 103-104; 1974, p. 169)

O que sugere que o elemento revolucionário d’*O Capital*, com consequências à teoria marxista posterior, em linha de continuidade com a nova teoria fundada por Marx, tem dimensões e efeitos que vão para além das meras digressões filosóficas, ou dos eruditismos acadêmicos, cujas abstrações podem nada mais ser senão palavrório metafísico e ideológico. A revolução teórica empreendida na mutação da problemática teórica, epistemológica feita “em estado

prático” (ALTHUSSER et al., 2014, p. 401; 1980, p. 138; 1974, p. 201) submetida ao real, exige a mutação do seu objeto de conhecimento, com o qual se busca entender o real – no caso em tela, as estruturas materiais que fundam e caucionam as relações sociais – e, por conseguinte geram um efeito de sua transformação revolucionária, isto é, da transformação das práticas sociais. E ele prossegue:

Essa mutação no objeto pode constituir, exatamente como a mutação na problemática correspondente, objeto de um estudo epistemológico rigoroso. E como é por um mesmo e único movimento que se constituem tanto a nova problemática como o objeto novo, o estudo dessa dupla mutação nada mais é que um mesmo estudo que decorre da disciplina que reflete sobre a história das formas do saber e sobre o mecanismo de sua produção: a filosofia. (ALTHUSSER et al., 2014, p. 362; 1980, p. 104; 1974, p. 170)

Não estão aí, também os indicativos do que a leitura e a prática teórica althusseriana de ler *O Capital* também podem ter de revolucionário ainda hoje?

Referências

- ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital**. Vol. 1. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital**. Vol. 2. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- ALTHUSSER, Louis et al. **Lire Le Capital**. Paris : PUF, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. **Comment lire « Le Capital » ?** in : **Positions (1964-1975)**. Paris: Éditions Sociales, 1976a. p. 49-60.
- ALTHUSSER, Louis. **Elementos de autocrítica**. Trad. de Miguel Barroso. Barcelona: Editorial Laia, 1975.
- ALTHUSSER, Louis. **Philosophie, arme de la révolution**. in : **Positions (1964-1975)**. Paris: Éditions Sociales, 1976b. p. 35-48.
- ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Para leer EL Capital**. Trad. De Marta Harnecker. México: Siglo XXI, 1974.
- BALIBAR, Étienne. **Escritos por Althusser**. Trad. de Heber Cardoso. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2004.
- BOITO JR. Armando. **Indicações para o estudo do marxismo de Althusser**. In: PINHEIRO, Jair (org.). **Ler Althusser**. Marília: Oficina Literária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 151-182.

BOURDIN, Jean-Claude. **Présentation.** In: BOURDIN, J.-C. (coord.). **Althusser: Une lecture de Marx.** Paris : Presses Universitaires de France, 2008. p. 9-29.

DUMÉNIL, Gérard, et al. **Leer a Marx.** Buenos Aires: Amorrortu, 2015.

GARO, Isabelle. **La coupure impossible. L'idéologie en mouvement, entre philosophie et politique dans la pensée de Louis Althusser.** In: BOURDIN, J.-C. (coord.). **Althusser: Une lecture de Marx.** Paris : Presses Universitaires de France, 2008. p. 31-56.

GOLDSCHMIDT, Victor. **Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos.** In: **A religião de Platão.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

GUEROULT, Martial. **Lógica, arquitetônica e estruturas constitutivas dos sistemas filosóficos.** Tradução de Pedro Jonas de Almeida. In: *Trans/ Form/ Ação.* São Paulo, 30 (1): 235-246, 2007.

HARVEY, David. **Para entender O Capital, Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Para entender O Capital, Livros II e III.** São Paulo: Boitempo, 2014.

LINDNER, Kolja. **Lire le Capital: Althusser et l'impasse du tournant politiciste.** In: *Contretemps: revue de critique communiste*, 2007, p.71-81. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00423379v1>. Acessado em 05/03/2025.